



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Negócios
As operações do Banco concentraram-se na oferta de soluções às necessidades dos clientes corporativos e institucionais por meio da sua plataforma de CIB (*Corporate & Institutional Banking*) colocando, para tanto, à disposição a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. O Banco mantém também o controle do capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país.

Canais de Pessoas
O Banco tem como parte de sua missão construir um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo, bem como promover igualdade de oportunidades e desenvolvimento contínuo para suas pessoas colaboradoras. Neste contexto, mantêm programas de estímulo à formação e aprimoramento profissional no aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais; subsídio à pós-graduação, mestrado e doutorado; obtenção de certificações, programas de formação de liderança; *Graduates* (programa de trainees para recém-formados); programas de mentoria para populações subrepresentadas, oferta de vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos

e de emprego para pessoas com deficiência; e patrocínio do *Dn'A Women*, programa de formação profissional focado na entrada de mulheres no mercado financeiro, realizada em conjunto com outros bancos internacionais, que completou em 2024 sua sexta edição.

Desempenho Econômico-Financeiro
O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu ao Banco apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, *advisory* em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o exercício de 2024 com prejuízo líquido de R\$79 milhões versus lucro líquido de R\$59 milhões no exercício de 2023, redução essa causada pelos efeitos da incorporação do Banco Cetelem, em 1 de agosto de 2023. As demais linhas de negócios apresentaram resultados positivos compatíveis com o plano de crescimento no país. A posição de capital do banco permanece sólida frente aos riscos da instituição, com um Índice de Basileia de 14,9%.

Finanças Sustentáveis e Compromissos Socioambientais
O Grupo BNP Paribas, reafirma seu compromisso público em promover uma economia mais sustentável e inclusiva e se destaca por uma atuação forte e pioneira em sustentabilidade.

Em 2024, fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades do Grupo BNP Paribas na América Latina, pelo terceiro ano consecutivo, como o melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis pelo *Eurromoney Awards for Excellence*. A *Eurromoney* reconheceu a liderança do Banco no desenvolvimento das finanças sustentáveis na região e destacou suas transações realizadas em setores como o de biocombustíveis e financeiro, além de uma operação de comercialização de créditos de carbono decorrentes de projetos de conservação na Amazônia. O reconhecimento de melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis também veio da Latin Finance em 2024, este pelo segundo ano consecutivo. As conquistas reforçam a estratégia do Banco em oferecer produtos e serviços que promovam benefícios socioambientais e soluções de baixo carbono aos seus clientes. Além das políticas de Responsabilidade Social Corporativa, o Banco aderiu a iniciativas voluntárias, como as metas Net Zero até 2050 e os Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB), sob coordenação da Iniciativa Financeira da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI).

Ouidoria
Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes no período foram todos resolvidos satisfatoriamente dentro do prazo regulatório.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	31.12.2024	31.12.2023
Circulante e Não Circulante		93.317.191	94.404.312
Caixa e equivalentes de caixa		3.992.620	4.752.869
Disponibilidades		335.526	362.583
Aplicações no mercado aberto	(4)	2.499.996	3.480.755
Aplicações em moedas estrangeiras	(4)	1.157.098	909.531
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	1.214.752	318.722
Aplicações no mercado aberto		10.046	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		468.572	313.641
Aplicações em moedas estrangeiras		736.134	5.081
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	26.881.568	31.125.547
Carteira própria		10.675.192	12.993.051
Vinculados a compromissos de recompra		2.803.558	1.445.564
Vinculados à prestação de garantias	(5.2.3)	2.228.035	1.414.434
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.115.249	2.288.720
Instrumentos financeiros derivativos		9.059.534	12.983.778
Relações interfinanceiras		147.162	4.185
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		147.136	3.825
Correspondentes		26	360
Operações de crédito		2.479.269	6.105.114
Setor privado	(6.1)	2.545.263	6.507.015
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(65.994)	(401.901)
Outros créditos		58.585.748	52.015.944
Carteira de câmbio	(7.1)	54.464.745	48.602.972
Rendas a receber		82.943	80.978
Negociação e intermediação de valores		24.486	34.919
Títulos e créditos a receber	(6.1)	1.492.661	903.422
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	1.532.169	1.281.489
Diversos	(7.3)	1.003.109	1.161.674
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(14.365)	(29.330)
Outros valores e bens		16.072	81.931
Despesas antecipadas		16.072	81.931
Permanente		74.709	227.862
Investimentos		30.582	164.631
Participação em controladas no país	(8)	30.413	164.363
Outros investimentos		169	268
Imobilizado de uso		28.201	37.585
Outras imobilizações de uso		109.407	137.331
Depreciação acumulada		(81.206)	(99.746)
Intangível		15.926	25.646
Ativos intangíveis		97.064	120.687
Amortização acumulada		(81.138)	(95.041)
TOTAL DO ATIVO		93.391.900	94.632.174

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	NOTAS	31.12.2024	31.12.2023
Circulante e Não Circulante		89.687.186	90.639.227
Depósitos	(9)	7.380.687	11.003.030
Depósitos à vista		1.219.121	966.268
Depósitos interfinanceiros		605.289	1.531.971
Depósitos a prazo		5.311.182	8.300.659
Depósitos em moeda estrangeira		245.095	204.132
Captações no mercado aberto	(10)	7.130.400	5.554.242
Carteira própria		2.803.052	1.396.691
Carteira de terceiros		2.190.758	1.899.409
Carteira de livre movimentação		2.136.590	2.258.142
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11)	780.938	1.306.029
Obrigações por emissão de letras financeiras		83.331	796.288
Captações por certificado de operações estruturadas		697.607	509.741
Relações interfinanceiras		11	6.179
Recebimentos e pagamentos a liquidar		11	6.179
Relações interdependências		363.564	101.095
Recursos em trânsito de terceiros		363.564	101.095
Obrigações por empréstimos e repasses	(12)	10.754.489	10.303.562
Empréstimos no exterior		8.916.971	7.261.740
Repasses do país		48.345	103.854
Repasses do exterior		1.789.173	2.937.968
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	8.397.563	12.734.346
Instrumentos financeiros derivativos		8.397.563	12.734.346
Outras obrigações		54.879.534	49.630.744
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.917	10.524
Carteira de câmbio	(7.1)	50.239.167	45.448.824
Sociais e estatutárias		19.048	19.548
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(13.1)	317.273	299.854
Negociação e intermediação de valores		21.676	20.305
Provisão para passivos contingentes	(13.3)	923.326	946.687
Provisão para garantias financeiras prestadas	(21.1)	52.263	64.696
Dívida subordinada	(13.2)	2.509.919	1.975.184
Diversas	(13.4)	795.045	845.122
Patrimônio líquido	(14)	3.704.714	3.992.947
Capital social:		2.759.093	2.755.679
De domiciliados no país		23	1.001.088
De domiciliados no exterior		2.759.070	1.754.591
Reservas de lucros		1.104.870	1.148.297
Ajuste de avaliação patrimonial		(159.249)	88.971
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.391.900	94.632.174

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	NOTAS	01.07 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Receitas da intermediação financeira		2.489.501	5.613.106	3.723.289
Operações de crédito		210.194	483.681	637.024
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.030.242	2.172.416	3.956.844
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.386.735	2.967.215	(1.451.013)
Resultado de operações de câmbio		(163.284)	(72.222)	386.744
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		25.614	62.016	193.690
Despesas da intermediação financeira		(1.984.422)	(4.589.831)	(2.936.868)
Operações de captação no mercado aberto		(900.822)	(1.804.491)	(2.202.475)
Operações de empréstimos e repasses		(1.242.024)	(2.958.984)	(764.628)
Reversão/Constituição para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	158.424	173.644	30.235
Resultado bruto da intermediação financeira		505.079	1.023.275	786.421
Outras receitas (despesas) operacionais		(470.055)	(896.941)	(587.785)
Receitas de prestação de serviços	(15)	188.982	367.999	417.513
Despesas de pessoal		(285.692)	(542.393)	(456.899)
Resultado de participações em controladas	(8)	945	3.353	3.626
Outras despesas administrativas	(16)	(309.837)	(611.376)	(370.107)
Despesas tributárias	(17)	(35.732)	(71.953)	(73.805)
Resultado de outras provisões	(18)	7.752	15.615	170.221
Outras receitas operacionais	(19.1)	166.954	305.628	(73.824)
Outras despesas operacionais	(19.2)	(203.427)	(367.814)	(210.786)
Resultado operacional		35.024	126.334	198.636
Resultado não operacional		(108)	(365)	(88)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		34.916	125.969	198.548
Imposto de renda e contribuição social	(20)	36.637	(14.192)	55.705
Provisão para imposto de renda		2	2	2.087
Provisão para contribuição social		-	-	1.823
Ativo fiscal diferido		36.635	(14.194)	51.795
Participações no lucro		(95.422)	(191.088)	(195.423)
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre e exercícios		(23.869)	(79.311)	58.830
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - em R\$		(100,95)	(335,45)	190,04

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	01.07 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercícios	(23.869)	(79.311)	58.830
Títulos disponíveis para venda:	(161.430)	(248.220)	195.428
Varição de valor justo	(207.460)	(344.190)	438.416
(Perdas/Aumentos) transferidos ao resultado por alienação	(86.049)	(107.119)	(83.092)
Efeito fiscal	132.079	203.089	(152.988)
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios	(161.430)	(248.220)	195.428
Total do resultado abrangente	(185.299)	(327.531)	254.258

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	01.07 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	(18.653)	(118.144)	194.019
Lucro/(Prejuízo) do semestre e exercícios	(23.869)	(79.311)	58.830
Depreciações e amortizações	19.937	30.662	18.087
Resultado de participações em controladas	(945)	(7.353)	(3.826)
Ajuste ao valor de mercado - TVM's e Derivativos	96.219	(99.006)	20.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(158.424)	(173.644)	(30.235)
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	(7.617)	(12.433)	2.865
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	(23.956)	(51.968)	11.213
Tributos diferidos	(36.635)	14.194	(51.795)
Provisão/(Reversão) para Reestruturação de Negócio	29.022	50.439	19.428
Participações nos lucros e bônus	95.422	191.088	195.423
Provisão/(Reversão) Outros	51.713	94.671	108.294
Receita de prestação de serviços não recebidos	(49.718)	(59.376)	(142.743)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	2.941
Diversos	(9.302)	(16.107)	(14.569)
Variação de ativos e obrigações	2.372.658	(3.509.465)	(12.025.397)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(656.750)	(896.030)	5.774.108
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e derivativos	(2.059.700)	(823.641)	(1.079.574)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(269.256)	(274.522)	8.706
(Aumento) Redução em relações interdependências	168.781	262.469	(43.799)
(Aumento) Redução em operações de crédito	1.893.204	3.456.551	(3.434.077)
(Aumento) Redução em outros créditos	3.299.900	(5.300.331)	(13.176.376)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	36.479	65.859	(77.391)
Varição de ativos e obrigações	(4.347.230)	2.081.641	11.706.388
Aumento (Redução) em depósitos	30.335	(3.583.274)	1.461.771
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	485.488	1.576.158	(975.719)
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(45.825)	(524.919)	(1.889.349)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	6.054	(7.966)	(9.885)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.259.225)	510.317	202.720
Aumento (Redução) em outras obrigações	(3.564.057)	4.111.325	12.916.850
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.993.225)	(1.545.968)	(124.990)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) Alienação de investimentos	138.071	141.402	(132.001)
(Aquisição) de imobilizado de uso	(3.696)	(5.083)	(12.115)
(Aquisição) de intangível	(4.107)	(6.475)	(20.396)
Dividendos recebidos	-	-	3.146
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<		



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
 CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

h) Investimentos
 Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de beneficiários em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
 São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias foram efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exatível.

• Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. Embora a Carta Circular Bacen nº 3.429 de 11.02.2010 tenha sido revogada pela IN nº 319 de 04.11.2022, o procedimento foi mantido, tendo em vista não haver fato novo atrelado aos processos cujos montantes já haviam sido registrados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota nº 13.3.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social é a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

p) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados estão apresentados na nota nº 19.3 - Resultado Não Recorrente.

q) Principais mudanças nas demonstrações financeiras pela adoção das Resoluções CMN nº 4.966 e 4.975.

As Demonstrações Financeiras a partir de Janeiro de 2025 serão elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966 e 4.975. Com mudanças significativas na classificação, reconhecimento de instrumentos financeiros e nas perdas esperadas, além do reconhecimento de arrendamento mercantil. As alterações relacionadas a Hedge Contábil serão implementadas em Janeiro de 2027, conforme Resolução CMN nº 5.100/2023.

Abaixo seguem as principais alterações com efeito a partir de janeiro de 2025:

• **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros;** critérios para determinar sua classificação;

• **Modelo de negócios:** é determinado pela forma como os instrumentos financeiros serão geridos para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa.

• **Características dos fluxos de caixa contratuais:** os instrumentos financeiros são testados individualmente para validar se os ativos são remunerados somente com o pagamento de principal e juros (teste SPPJ).

Em resultado da análise dos critérios, os instrumentos devem ser classificados e mensurados como:

• **Custo amortizado (CA);** ou

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA);** ou

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

O cálculo da taxa de juro efetiva deve ser aplicado aos instrumentos financeiros contabilmente classificados como CA e ao VJORA, acrescentando, para além da taxa de juro contratual, as receitas e os custos relacionados com a transação, ou seja, diretamente atribuíveis e incrementais, considerando materialidade na data de originação.

• **Classificação da carteira de crédito em estágios e perdas esperadas;** é necessário realizar a classificação da carteira em estágios e mensurar a perda esperada para instrumentos financeiros, incluindo: garantias prestadas, empréstimos, títulos classificados nas categorias CA e VJORA e limites de crédito.

• **Estágio 1:** Inclui operações em dia, com atraso de até 30 dias ou com baixo risco de crédito, sendo a provisão reconhecida para perdas de crédito esperadas durante 12 meses.

• **Estágio 2:** Inclui operações com atraso entre 31 e 90 dias ou cuja classificação tenha alterado de baixo risco de crédito para médio ou alto risco de crédito, sendo a provisão reconhecida para perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

• **Estágio 3:** Inclui operações caracterizadas como ativos problemáticos ou (i) com atraso superior a 90 dias, (ii) que tenham sido reestruturadas ou (iii) em processo de recuperação judicial, sendo a provisão reconhecida para perdas de crédito esperadas durante toda a vida.

A provisão para risco de crédito em caso de atraso superior a 90 dias é definida pelo montante mais elevado entre uma provisão mínima calculada de acordo com a Resolução BCB nº 352/2023 e calculado com base em percentuais padronizados para uma classificação entre C1 e C5 que leva em consideração o tipo de operação e as respectivas garantias.

Exceto por algumas operações de Personal Finance pouco representativas, o Banco não apresenta perdas incorridas.

• **Reconhecimento de juros:** a apropriação de juros não é mais permitida se a transação estiver vencida há mais de 90 dias ou antes, se o ativo for considerado problemático.

• **Baixa para prejuízo:** deverão ser baixados quando não houver expectativa de recuperação.

• **Risco de crédito próprio (DVA):** é uma Reserva de Risco de Crédito próprio (Derivativos Instrumentos Financeiros Passivos mensurados nos níveis 2 ou 3 da hierarquia do valor justo). O CPC 46 define quando a DVA deve ser aplicado. Deve ser reconhecido em conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários.

• **Operações de câmbio:** câmbios prontos e futuros devem ser contabilizados como instrumentos derivativos. Já ACC/ACEs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) devem ser contabilizados como transações com características de concessão de crédito.

• **Arrendamento mercantil:** no caso de arrendatária, passa a reconhecer o ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento, as despesas com juros passam a impactar a despesa financeira e as despesas de depreciação permanecem em despesas operacionais.

Impactos quantitativos na posição financeira decorrente da implementação da Resolução CMN nº 4.966 e 4.975 em 1º de janeiro de 2025.

Descrição **01.01.2025**

Patrimônio líquido antes da adoção da Resolução nº 4.966 e 4.975 **3.704.714**

Ajuste de adoção inicial líquido dos efeitos tributários **140.165**

Alteração da categoria disponível para venda (MIM) para Custo Amortizado **60.078**

Provisão para perda esperada associada ao Risco de Crédito **20.803**

Risco de Crédito Próprio - DVA **66.284**

Adoção inicial do Arrendamento **(6.042)**

Ajuste ao Valor justo das operações de câmbio **(958)**

Patrimônio líquido após a adoção da Resolução nº 4.966 e 4.975 **3.844.879**

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Abaixo segue a composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	31.12.2024			Total	31.12.2023	Total
	0-30	31-180	181-360			
Posição Bancada	309.238	6.153	-	315.391	1.578.318	
Posição Financiada	2.190.758	-	-	2.190.758	1.902.437	
Posição Vendida	-	3.893	-	3.893	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	13.975	454.597	468.572	313.641	
Aplicações em moedas estrangeiras	1.157.098	-	736.134	1.893.232	914.612	
Total	3.657.094	24.021	1.190.731	4.871.846	4.709.008	4.871.846

Curto prazo **4.871.846**

4.709.008

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento:

Descrição	31.12.2024							31.12.2023		
	Ajuste a mercado			Por Vencimento						
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	Sem vencimento	0-30	31-180		181-360	Acima de 360
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.099.295	230	-	1.099.525	-	-	24.492	951.945	123.088	100.287
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.802.314	(6.920)	-	1.795.394	-	71.055	307.071	759.824	657.444	3.366.849
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.098.010	(11.276)	-	1.086.734	-	354.957	303.026	-	428.751	1.672.396
Debêntures	1.198.417	(31.665)	-	1.166.752	-	-	-	-	1.166.752	-
Cotas de Fundo de Investimento (*)	2.122.258	(93)	-	2.122.165	2.122.165	-	-	-	-	5.143.590
Total	7.320.294	(49.724)	-	7.270.570	2.122.165	426.012	634.589	1.711.769	2.376.035	10.283.122
Títulos disponíveis para venda										
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	4.609.200	(81.691)	(125.016)	4.402.493	-	-	547.174	1.050.111	2.805.208	3.757.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	2.856.831	(98.967)	(86.468)	2.671.396	-	340.708	-	-	2.330.688	1.503.889
Debêntures (**)	2.719.970	(44.863)	(60.832)	2.614.275	-	27	-	2.614.248	1.251.049	-
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	374	2.502	2.502	-	-	-	-	2.502
Cota FILCB	51.880	-	-	51.880	51.880	-	-	-	-	46.713
Cota FIDC	354.865	-	(13.946)	340.919	340.919	-	-	-	-	-
Cédula do Produtor Rural (CPR)	246.132	-	(2.185)	243.947	-	-	54.047	34.081	155.819	30.033
Nota Promissória	225.524	-	(1.472)	224.052	-	-	224.052	1.266.699	-	1.266.699
Total	11.066.530	(225.521)	(289.545)	10.551.464	395.301	340.708	601.248	1.084.192	8.130.015	17.858.647
Subtotal de títulos do ativo	18.386.824	(275.245)	(289.545)	17.822.034	2.517.466	2.760.194	4.189.718	4.296.212	13.117.978	31.125.547
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	122.230	75.368	-	197.598	-	7.890	66.748	97.319	25.641	116.037
Operações a termo	7.332.792	(3.257.694)	-	4.075.098	-	1.063.345	1.509.153	663.909	838.691	8.458.325
Operações de "swap"	4.633.418	153.420	-	4.786.838	-	922.239	1.377.980	739.023	1.747.596	4.409.416
Total	12.088.440	(3.028.906)	-	9.059.534	-	1.985.474	2.953.881	1.500.251	2.611.928	12.983.778
TOTAL DO ATIVO	30.475.264	(3.304.151)	(289.545)	26.881.568	2.517.466	2.760.194	4.189.718	4.296.212	13.117.978	44.141.769
Curto prazo				16.139.625						21.481.751
Longo prazo				10.741.943						9.643.796
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	536.220	(38.749)	-	497.471	-	9.822	79.187	103.813	304.649	198.048
Operações a termo	7.142.876	(3.311.460)	-	3.831.416	-	1.062.923	1.267.375	662.805	838.313	8.522.195
Operações de "swap"	3.785.971	282.705	-	4.068.676	-	391.287	1.230.866	730.331	1.716.192	4.014.103
Total	11.465.067	(3.067.504)	-	8.397.563	-	1.464.032	2.577.428	1.496.949	2.859.154	12.734.346
Curto prazo				5.538.409						10.161.124
Longo prazo				2.859.154						2.573.222

* Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

** Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de Risco de Mercado vide nota 5.2.4.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada como segue:

• **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

• **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

• **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

• **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 - Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte:

Valor nominal por contraparte	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)			
	SISTEMA CETIP		SISTEMA BM&FBOVESPA	
	Pessoas jurídicas	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação
Operações com opções	4.821.939	395.706	4.803.696	10.021.341
Compra	2.116.624	87.818	2.629.946	4.834.388
Venda	2.705.315	307.888	2.173.750	5.186.953
Operações com "swap"	20.981.390	40.666.658	63.630.473	11.737.171
"Swap"	20.981.390	40.666.658	63.630.473	11.737.171
Operações com futuros	-	-	-	26.269.055
Compra	-	-	-	9.044.617
Venda	-	-	-	17.224.438
Operações a termo				



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Total	%	Total	%
6.1.2 Composição por setor de atividade				
Sector privado:				
Indústria	1.884.635	22,70	1.978.778	18,63
Comércio	469.973	5,66	113.288	1,07
Serviço	5.684.263	68,48	4.160.625	39,18
Pessoa Física (*)	262.328	3,16	4.366.878	41,12
Total	8.301.199	100,00	10.619.569	100,00

(*) No 2º semestre de 2024 foi firmado contrato de cessão de direitos creditórios (vide nota 6).

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Total	%	Total	%
6.1.3 Composição por vencimento				
A vencer:				
Até 180 dias	6.265.318	75,48	4.925.114	46,37
De 181 a 360 dias	1.492.872	17,98	1.878.794	17,69
Acima de 360 dias	531.854	6,41	3.712.127	34,96
Vencidos:				
Até 14 dias	1.827	0,02	8.417	0,08
De 15 a 60 dias	3.136	0,04	20.813	0,20
Vencidos de 61 a 360 dias	6.192	0,07	74.304	0,70
Total	8.301.199	100,00	10.619.569	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	31.12.2024		31.12.2023		01.01 a 31.12.2023
	Saldo Inicial do semestre/exercícios	293.486	431.231	145.624	
Incorporação da provisão Banco Cetelem S.A.	-	-	-	595.957	-
Constituição da provisão	60.775	199.494	300.897	-	-
Reversão da provisão (*)	(219.199)	(373.138)	(340.132)	-	-
Valores baixados para prejuízo	(54.703)	(177.228)	(280.115)	-	-
Saldo final do semestre/exercícios	80.359	80.359	431.231		
Provisão específica	60.441	60.441	406.195	-	-
Provisão prudencial	19.918	19.918	25.036	-	-

(*) Reversão da provisão de R\$132.385 refere-se a cessão de direitos creditórios de crédito consignado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve recuperação de crédito baixado como prejuízo no valor de R\$19.757 (R\$9.333 em 12.2023).

Em 31 de dezembro de 2024, existem contratos renegociados no valor de R\$2.132.356 (R\$1.283.627 em 12.2023).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Carteira de câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2024:

ATIVO	31.12.2024		31.12.2023	
	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
Câmbio comprado a liquidar	31.600.974	-	25.872.091	-
Direitos sobre venda de câmbio	22.653.688	-	22.618.862	-
Adiantamento em moeda nacional	-	(447)	-	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1)	210.530	112.019	-
Total	54.464.745	48.602.972	48.602.972	48.602.972
Curto prazo	46.570.704	-	26.716.829	-
Longo prazo	7.894.041	-	21.886.143	-
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	-	27.191.650	22.642.688	-
Obrigações por compra de câmbio	-	27.100.262	25.903.249	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1)	(4.052.745)	(3.097.113)	-
Total	50.239.167	45.448.824	45.448.824	45.448.824
Curto prazo	42.040.845	-	23.821.712	-
Longo prazo	6.198.322	-	21.627.112	-

7.2 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos
Em 31 de dezembro de 2024, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31.12.2023		31.12.2024	
	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
Imposto de renda				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	148.435	50.226	(109.851)	88.810
Ajuste de Ptax x Spot B3	4.056	-	(4.056)	-
Provisão títulos disponíveis para venda	-	72.386	-	72.386
Derivativos - Ajustes futuros	14.164	-	(14.164)	-
Provisão para riscos fiscais	148.618	8.056	-	156.674
Provisão para outros passivos contingentes	88.053	5.804	(19.700)	74.157
Provisão de avais e fianças	16.174	5.374	(8.483)	13.065
Provisão para outros passivos	71.572	84.772	(85.633)	70.711
Provisões diversas	70.631	66.593	(52.988)	84.236
Prejuízo fiscal	103.092	152.065	(36.160)	218.997
Total	664.795	445.276	(331.035)	779.036
Diferenças permanentes:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118.748	40.181	(87.882)	71.047
Ajuste de Ptax x Spot B3	3.245	-	(3.245)	-
Provisão títulos disponíveis para venda	-	57.909	-	57.909
Derivativos - Ajustes futuros	11.331	-	(11.331)	-
Provisão para riscos fiscais	118.894	6.444	-	125.338
Provisão para outros passivos contingentes	70.443	4.643	(15.760)	59.326
Provisão de avais e fianças	12.939	4.299	(6.786)	10.452
Provisão para outros passivos	57.258	67.817	(68.506)	56.569
Provisões diversas	56.505	53.275	(42.390)	67.390
Base negativa	81.806	121.652	(28.260)	175.198
Total	531.169	356.220	(264.160)	623.229
Total ativos fiscais e diferidos	1.195.964	801.496	(595.195)	1.402.265

Impostos e contribuições a compensar
IRPJ e CSLL - antecipação
Demais impostos a compensar

Total	31.12.2023		31.12.2024	
	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
IRPJ e CSLL - antecipação	9.122	9.354	(9.122)	9.354
Demais impostos a compensar	76.403	53.646	(9.499)	120.550
Total	85.525	63.000	(18.621)	129.904
Total	1.281.489	864.496	(613.816)	1.532.169

Curto prazo 112.898 73.036
Longo prazo 1.419.271 1.208.453

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributários em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 é:

Projeção	2025	2026	2027	2028	2029	até 2030	Total
	de 2030	até 2034					
Ativos fiscais e diferidos em 31.12.2024	277.494	425.620	134.976	120.245	76.153	367.777	1.402.265
Ativos fiscais e diferidos em 31.12.2023	-	-	-	-	-	-	1.195.964

O estudo apresentado acima reflete os impactos da Lei 14.467/2022 referente ao novo tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento dos créditos. O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2024, é estimado em R\$730.900 (R\$536.763 em 12.2023), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Cada base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Total	%	Total	%
Devedores diversos - Exterior	46.375	138.029	49.468	54.730
Devedores diversos - País	1.039	2.987	895.608	855.670
Adiantamentos diversos	-	-	4.293	72.595
Devedores por depósitos em garantia	-	-	6.326	37.663
Prêmio ou desconto em operações de venda	-	-	1.003.109	1.161.674
Outros	188.970	304.034	814.139	857.640
Total	188.970	304.034	814.139	857.640

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição dos investimentos em controladas no país:

BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	31.12.2024		31.12.2023	
	Patrimônio Líquido	40.889	42.571	2.663
Resultado do período	-	-	-	4.345
Participação no capital	-	-	-	74.38%
Resultado da participação em controlada	1.981	3.232	30.413	31.664

BGN Mercantil e Serviços Ltda. (*)
Patrimônio Líquido - 132.699
Resultado do período 5.372 594
Participação no capital 100,00% 100,00%
Resultado da participação em controlada 5.372 594
Valor contábil do investimento - 132.699 - 132.699
Total 30.413 164.363

(*) Incorporação da BGN Mercantil e Serviços Ltda. em agosto de 2024.

21.3 Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução CMN nº 2.921/02 e normas posteriores estavam assim representadas:

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operação de crédito - Empréstimo	1.655.423	-	39.963	49.911
Empréstimos no exterior	-	1.655.423	118.153	49.911

21.4 Transações com partes relacionadas
21.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração
O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$35.529 (R\$27.601 em 12.2023) e benefícios de longo prazo de R\$8.475 (R\$3.496 em 12.2023). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

21.4.2 Transações com partes relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros				
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	574.571
Aplicações em moedas estrangeiras				
BNP Paribas - País	Controladora	1.893.232	(122.319)	913.983
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	15	629
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas				
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1.631.320)	394.059	(2.873.425)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	-	-
Carteira de câmbio				
BNP Paribas - País	Controladora	(791.418)	54.835	(25.102)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	5	-	(51)
Grupo Arval	Parte Relacionada	55	230	(56)

9. DEPÓSITOS
Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Depósito à vista	1.219.121	-	-	-	-	1.219.121
Depósito interfinanceiro	-	1.661	170.147	430.940	2.541	605.289
Depósito a prazo	-	-	1.862.412	2.371.073	413.703	5.311.182
Depósito em moeda estrangeira	-	-	-	25.286	216.950	242.236
Total	1.219.121	665.655	2.035.418	2.827.299	633.194	7.380.687

10. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Apresentamos abaixo as captações no mercado aberto por data de retorno:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	
Carteira própria	1.737.051	1.066.001	2.803.052	1.396.691	1.396.691	6.399.496
Títulos públicos	957.437	14.285	971.722	424.886	424.886	2.368.330
Debêntures	779.614	1.051.716	1.831.330	971.805	971.805	4.634.465
Carteira de terceiros (*)	2.190.758	-	2.190.758	1.899.409	1.899.409	8.370.877
Carteira de livre movimentação (*)	1.270.910	865.680	2.136.590	2.258.142	2.258.142	8.589.464
Curto prazo	-	-	-	7.130.400	5.554.242	12.684.642

(*) Representado por títulos públicos.

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	
Letras Financeiras	-	415	82.916	-	-	83.331
Certificado de Operações Estruturadas	11.741	67.962	42.128	575.776	697.607	1.407.214
Curto prazo	11.741	68.377	125.044	575.776	780.938	1.306.029
Longo prazo	-	-	-	-	205.162	995.404
Total	11.741	68.37				



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	31.12.2024		31.12.2023		Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	-	(2.942)	-					
BNP Paribas - Paris	-	-	(2.247)	-	Grupo Arval	(94)	(1)	(81)	-
Cetelem América Ltda.	-	-	(695)	-	Grupo BNP Paribas	(42.901)	(8.672)	-	-
Investimentos em controladas no País	30.413	7.353	164.363	3.826	Grupo CARDIF	-	-	(1)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	30.413	1.981	31.664	3.232	Outras obrigações - Dívida Subordinada	(2.509.819)	(644.938)	(1.975.184)	(58.430)
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	-	5.372	132.699	594	BNP Paribas - Paris	(2.509.819)	(644.938)	(1.975.184)	(58.430)
Obrigações por empréstimos e repasses	(10.706.144)	(2.623.220)	(10.199.709)	791.841	Resultado de Corretagem	-	10.399	-	(9.109)
BNP Paribas - Paris	(10.077.995)	(2.225.825)	(9.433.517)	828.160	BNP Paribas - Paris	-	9.456	-	(9.095)
Grupo BNP Paribas	(628.149)	(397.395)	(766.192)	(36.319)	Grupo BNP Paribas	-	943	-	(14)
Operações de Crédito	559.703	145.661	234.217	22.281	Valores a Receber/ (a Pagar) de sociedades ligadas	(2.019)	-	(3.253)	(10.368)
Grupo Arval	413.084	27.310	149.940	20.754	BGN Mercantil e Serviços Ltda.	-	-	(233)	-
BNP Paribas - Paris	(10.077.995)	(2.225.825)	(9.433.517)	828.160	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	(2.019)	-	(2.650)	-
Grupo BNP Paribas	(628.149)	(397.395)	(766.192)	(36.319)	Grupo BNP Paribas	-	-	(300)	-
Grupo CARDIF	73.882	-	84.277	1.527	Grupo Cetelem	-	-	(70)	(10.368)
Ordem de pagamento em moeda estrangeira	(51.013)	(9.505)	(199)	(2)					
BNP Paribas - Paris	(6.894)	(821)	-	-					
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(1.124)	(11)	(117)	(2)					

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

22.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Markets and Financial Institutions ("RISK MFI") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. RISK MFI segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate.

22.2 Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORM e reportados em ICC, acompanhados nos fóruns de risco operacional por linhas de negócio e no fórum transversal de risco operacional (Primeira linha de defesa), também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement).

22.3 Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os

portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.

22.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar efetivamente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativas locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.

22.5 Política de Teste de Estresse

De acordo com a resolução BACEN nº 2/2020 art. 35 item I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a fair value hedge;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos:

- São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias.
- Cenário de "Choque Positivo": redução do USD spot em 12% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 25bps.
- Cenário de "Choque Negativo": aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 300bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 300bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 300bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50bps.

Impactos dos cenários de estresse:

Genério	Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)	Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)
Choque Positivo	(252)	39
Choque Negativo	(7)	(186)

22.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados.

23. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento de Capital é auxiliar as Diretórias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretórias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao Group Finance - Gestion Financière (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.379.829	4.755.484
Capital Principal	3.093.110	3.716.536
Capital Complementar	1.286.719	1.038.948
Nível II	1.178.457	901.210
Total PR	5.558.286	5.656.694
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	24.356.005	22.570.349
De Mercado	9.606.880	6.609.078
Operacional	3.291.573	3.733.617
Ativos ponderados pelo risco	37.254.458	32.913.044
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.911.718	3.455.870
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.646.568	2.200.824
Índice da Basileia (PR/RWA)	14,9%	17,2%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	8,3%	11,3%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,8%	14,4%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

- O PR nível I - Capital Complementar está composto por dívidas perpétuas de US\$118 milhões e US\$96 milhões, emitidas em 09 de dezembro de 2021 e 06 de dezembro de 2022, e aprovadas pelo Bacen em 05 de julho de 2022, em 17 de fevereiro de 2023, respectivamente.
- O PR nível II - está composto por dívidas subordinadas de US\$100 milhões e US\$105 milhões, emitida em 22 de julho de 2020 e 14 de setembro de 2021, e aprovada pelo Bacen em 26 de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, respectivamente.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL BNP PARIBAS - DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (Banco) apresenta o relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2024.

O Comitê de Auditoria do Banco é composto por cinco membros, sendo três externos e independentes, um deles nomeado Presidente do Comitê.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos e da Auditoria Interna e Externa da Entidade do Banco. As análises e conclusões do Comitê de Auditoria são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Mercado registrou o fato de que as atividades do Comitê foram livremente conduzidas por seus membros sem qualquer obstáculo oferecido pela Direção do Banco ou por qualquer de seus prepostos. O mesmo ocorreu em relação às auditorias interna e externa, que atestaram ao Comitê terem executado seus trabalhos no período sem qualquer obstáculo, que receberam todas as informações solicitadas em tempo e forma, não tendo sido identificada qualquer dificuldade ou restrição neste aspecto.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos do Banco, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas

primeiras e segundas linhas de defesa, bem como o atendimento das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que o os processos de controles internos do Banco são compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna e a Auditoria Externa, ocasião em que pôde constatar sua independência na execução de seus trabalhos.

Com base no plano de auditoria interna realizado em 2024 e nos sumários dos resultados das respectivas missões de auditoria, o Comitê concluiu que a Auditoria Interna continua a demonstrar um nível adequado de eficiência. O Comitê de Auditoria aprovou o Plano da Auditoria Interna Anual para 2025.

O Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que os riscos que poderiam impactar de modo relevante as demonstrações financeiras do Banco foram considerados no exercício de Teste de Estresse em 31 de dezembro de 2024, resultando em um *ratio* de Basileia acima do mínimo regulatório.

O Comitê de Auditoria nas discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade do Banco, bem como com o auditor externo responsável pelas demonstrações

financeiras do Banco (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) recebeu todas as explicações esperadas e solicitadas acerca das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ademais, o Auditor Externo apresentou ao Comitê de Auditoria as demonstrações financeiras elaboradas no formato IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Com base nisto, o Comitê de Auditoria, em conjunto com a empresa de auditoria externa, concluíram que as referidas demonstrações financeiras apresentavam uma visão verdadeira e justa das atividades do Banco durante o ano de 2024, consistentes com o ano de 2023, razão pela qual os membros do Comitê de Auditoria recomendam à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2024, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 18 de março de 2025.
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando os parâmetros estabelecidos pelas normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito, que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores, de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de uma provisão complementar a mínima requerida.

O Banco utiliza modelo interno na determinação dessa provisão complementar, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros, envolvendo assim o uso de premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito, do uso de estimativa e de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito; (c) envolvimento de especialistas na revisão do modelo interno utilizado; (d) entendimento dos processos relacionados a atribuição de "ratings" aos devedores; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações; com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos
O Banco aplica modelos internos de precificação para mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos, que incluem premissas como curvas futuras de taxas de juros, de câmbio, de índices de preços, e de rendimento. A mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação baseadas em modelos internos que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado. Esses instrumentos financeiros derivativos são representados substancialmente por swaps, operações a termo e opções.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento dos processos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco; (c) recálculo independente, com o apoio de nossos especialistas de precificação e em base amostral, dos cálculos de mensuração do valor justo; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para mensurar o valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023
Os valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 25 de março de 2024, respectivamente, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Idem disso: